

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM PROJETO DE  
IRRIGAÇÃO, NA ROTA DO SERTÃO PARAIBANO:  
O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO  
GONÇALO.

MARIA DO SOCORRO DA SILVA

CAJAZEIRAS - PARAÍBA

1994

Maria do Socorro da Silva

Caminhos e Descaminhos de um projeto de Irrigação, na rota do Sertão Paraíbano: o caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo.

Momografia exigida pela disciplina Prática de Ensino, ministrada pela Professora Fatima Holanda, para conclusão do curso Licenciatura Plena em História, da UFPB - campus V -Cajazeiras no período 93.2

Cajazeiras

1994

## AGRADECIMENTOS

A Deus, verdadeira fonte de inspiração, onde busquei forças, para ultrapassar os diversos obstáculos que enfrentei nessa caminhada.

O sustentáculo, para o meu crescimento pessoal, intelectual e sobretudo espiritual.

Obrigado senhor ! Dejejo sempre a tua presença !

Meus pais, a força viva em homem e mulher, manifestada no estímulo, na orientação, na perseverança e sobretudo no amor.

Obrigado papai e mamãe !

A minha orientadora Silvana, minha gratidão pela orientação, participação na elaboração, deste trabalho monográfico.

Muito obrigado !

A minha irmã Flávia, pelo companheirismo, amizade, em todos os momentos, no incentivo, colaboração e estímulo. Minha admiração e gratidão.

Amigos, minha gratidão, a todos aqueles que me acolheram com portas abertas, oferecendo-me comida, carona e carinho, colaborando para o término desse curso.

A todos que direto ou indiretamente participaram e contribuíram na efetivação dos meus estudos, minha sincera gratidão.

## SUMÁRIO

1	-	INTRODUÇÃO .....	5
2	-	NORDESTE : A REGIÃO .....	6
		2.1. ECONOMIA E OCUPAÇÃO DO NORDESTE.....	7
		2.2. EMBRIÃO: OLIGÁRQUIA DO NORDESTE.....	8
		2.3. ESTADO, INTERVENÇÃO, CONTROLE E PLANEJA - MENTO NO NORDESTE .....	9
3	-	UMA RETROSPECTIVA DASECA .....	10
4	-	SÃO GONÇALO .....	12
		4.1. ASPECTOS FÍSICOS .....	13
5	-	ENTREVISTAS .....	14
6	-	CONCLUSÃO .....	16
7	-	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	18
8	-	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	19

## 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho cuja temática versa sobre Caminhos e Descaminhos de um projeto de Irrigação na rota do Sertão Paraibano: o caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, visa no primeiro momento cumprir as exigências acadêmicas, para a conclusão do curso Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Paraíba - Pb, Campus -V.

No segundo, a elaboração desta pesquisa, visa contribuir com as reflexões históricas, que apontam possibilidades de estudos específicos e/ou estudos de casos de questões políticas e sociais da construção de nossa realidade.

Nosso trabalho se cumprirá das seguintes citações:

- abordagem e contextualização da economia e sociedade do Nordeste de fim do século passado, até o momento de criação das práticas irrigatórias.

Tendo como referencial de pesquisa as fontes bibliográfica abordando a crise da Economia do Nordeste e a questão das desigualdades regionais. Do qual nosso projeto se destina, a entender a fonte da crise e as diversas formas de intervenção do Estado na Economia do Nordeste e conseqüentemente quais as respostas políticas e sociais do governo para essa região.

Nesse contexto, situaremos como motivador ou incentivador dessa prática intervencionista o discurso da Seca, já bastante presente, desde os séculos anteriores.

Para complementar esta pesquisa, tivemos que recorrer a fontes através da história oral, colhidas de pessoas que participaram do processo de construção do projeto de irrigação, desde a implantação até o momento atual, levando em consideração todas as abordagens, colocadas de forma simples e bem objetiva, dos fatos ocorridas na região e ficaram registradas na memória popular.

## 2 - NORDESTE: A REGIÃO

Analisar historicamente a criação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, significa entender e contextualizar a região nordeste desde sua estrutura colonial, até a sua notória crise econômica e social em decorrência da transferência do poder econômico e político desta, para a região centro-sul.

Nesse sentido, nosso propósito inicialmente se destina entender de que forma, e de maneira, bem como apartir de quais propósito se estruturou esse projeto de irrigação, cujo o conteúdo não se limita apenas a nossa área, expande por outras localidades regionais. A exemplo da região Nordeste, de cuja análise nos ocuparemos a seguir, na perspectiva de contextualizar aqui o nosso objeto de estudo.

A descrição do Nordeste físico e geográfico que nos ocuparemos de trabalhar se restringirá, aquela colocada e abordada pelos órgãos governamentais, tais como a Sudene, outras descrições não será por nós considerada, haja visto o limite e o objetivo de nossa pesquisa.

"O Nordeste trata-se da mais vasta e populosa área subdesenvolvida do Brasil, formada pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, abrange parte da região de Minas, onde o clima é identificado ao do sertão Nordestino "(1)"

Esta região recebe uma classificação, como áreas diversificadas quanto as variações climatológicas, na qual a sua maior área fica no interior, onde o clima apresenta-se árido, denominada de "Polígono das Secas".

### 2.1 - Economia e Ocupação do Nordeste

No período de colonização, o nordeste brasileiro foi alvo de

localização e implantação da Empresa açucareira, pelos colonizadores Portugueses, que durante muito tempo, extraia a grande produção assegurando para o comércio Mercantilista, um sistema econômico, com altos lucros, destinada a abastecer a Metrópole e a exploração intensiva da colônia. No decorrer das atividades, surge a impossibilidade de conciliação, entre a plantação da cana-de-açúcar e a criação de gado- usado como animal de tiros- único meio de transporte que facilitaria a efetivação das atividades no engenho.

Por determinação da Coroa Portuguesa - causas de aborrecimentos e prejuízos - resolve a separação das duas atividades, haja visto que tais proibições levou a atividade criatória a intensificação da penetração e ocupação do sertão. Tal fator demarca o povoamento lento e gradativo da região, onde foi se formando as grandes áreas de criação de gado. Nas áreas mais férteis nasce as lavouras de subsistência, fonte de alimentos e matéria-prima (o couro), para subsidiar a população dos engenhos.

A esse respeito podemos perceber em Celso Furtado a seguinte colocação: "enquanto que a empresa açucareira dependia de recursos externos, importação de mão-de-obra, equipamentos para manter a capacidade produtiva, por outro lado, as condições de trabalho e alimentação na pecuária, não dependia de gastos momentâneos no processo de reprodução do capital e expansão da capacidade produtiva" (2)

Esse processo de diferenciação, contribuía para impulsionar o crescimento "vegetativo" do grande contingente da força-de-trabalho na pecuária.

A economia açucareira entra numa etapa de crise, a absorção do produto no mercado externo europeu é refreado, com a alta dos preços, escassez da mão-de-obra-escrava e pela própria concorrência de novos produtos no mercado, provindo de outras colônias, causando o refreamento da ocupação humana na região açucareira, onde grande parte desta, era atrída para o interior criatório.

Na verdade esse crescimento populacional refletia apenas no setor de subsistência e o nordeste permanecia se transformando gradativamente, vivendo uma economia que grande parte da população pro-

duzia apenas o necessário para sobreviver.

## 2.2 - O embrião: Oligarquia Agrária do Nordeste

O embrionamento da Oligarquia do Nordeste se deu com a atividade de produção da cana-de-açúcar no período colonial, que perdurou no primeiro e segundo império, que segundo Celso Furtado, as diferenças de dominação assim se apresentam: 2no período colonial, a Coroa criou um processo de acumulação primitiva, já no Império, as relações externas do exclusivismo Português, cede lugar ao Monopólio Imperialista da Inglaterra".

Nesse período apesar da transferência de dominação Portuguesa para a inglesa se verifica as relações escravistas, tendem a permanecer intocadas. Mas, parte do produto social ficava retido, formando um excedente que, produzirá a futura burguesia como classe social.

Entretanto esse excedente, que produziu riquezas, títulos de dominação para alguns, posteriormente embalados por crises variáveis ocorridas no Mercado Internacional, dentro dos interesses comerciais provoca com a ausência do fluxo monetário, dos lucros obtidos pelas vendas do açúcar, uma recriação primitiva de acumulação, desta vez, era as grandes lavouras da cana, que seria demarcada por lavouras de subsistência. Por sua vez os interesses dos monopólios internacionais, faz manobras do capital, para investir nas terras roxas do centro-sul, na lavoura do café, uma cultura variável que, no momento satisfazia os mercados ansiosos em definir com urgência, o capital investido, que antes, com a estagnação das exportações açucareiras houve uma breve paralização na recriação do capital investidor. A nova empresa cafeeira cresce paulatinamente, gerando lucros, onde pequena parte retornaria ao Brasil em formas de investimentos, oportunamente ampliando as instalações de novas culturas e obras modernas: reestruturação de portos, abertura de bancos, estradas de rodagem, ferrovias, transportes, comunicações, indústrias e a criação de um tímido comércio interno. Essa nova trajetória de concepções mo

dernas, facilitaria a rápida escoação dos produtos para o mercado externo, proporcionaria um melhor "nível de vida" a população, além do interesses de grupos políticos e econômicos Nacionais e internacionais, por outro lado as importações, se fazia necessária nas obras implantadas e os gêneros de primeira necessidade, para abastecer principalmente os novos hábitos requintados da nova classe burguesa industrial-agrária.

O Nordeste e especificamente o sertão, passa a ser cenário de motivação dos investimentos dos monopólios, estimulados pela Revolução Industrial e o avanço das indústrias têxteis na Inglaterra e as semi-implantadas aqui no Brasil.

Seria o sertão, uma área ecologicamente adequada para a plantação do algodão, tornando-se palco do grande fluxo do "ouro branco", graças a estrutura implantada pelo capitalismo internacional dominante, da esfera financeira de circulação, em conjunto com os fazendeiros, meeiros e posseiros, os intermediários comerciais, responsáveis pela reprodução das culturas, onde as funções era recoletar os produtos finais das colheitas. Tais práticas era modelos estabelecidos pelos investidores, onde muitas vezes, essas práticas assumia comportamentos próprios dos intermediários, que financiava aos trabalhadores, mercadorias consumíveis que não era produzidas e nos finais das safras era descontadas por preços exorbitantes, restando aos trabalhadores a força-de-trabalho e a desenfreada submissão.

### 2.3 - Estado, Intervenção, Controle e Planejamento no Nordeste

No período pós 30 e os seguintes, a expansão capitalista, teve sua área de desenvolvimento no centro-sul, onde o capital reproduzido cede lugar a política de dominação do poder pela burguesia industrial, que levaria o estado a implementar uma política econômica que favorecesse a acumulação industrial, "através da política cambial, facilitando as importações, a política alfandegária com taxas elevadas, afim de refrear a concorrência estrangeira, tudo em nome do crescimento da Indústria Nacional"(3)"

Foi acionada uma política de créditos, através da criação de instituições bancárias, como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Estava se implantado o projeto de modernidade no centro-sul enquanto que o nordeste, permanecia com sua antiga estrutura agrária, inclusive a problemática da seca que a tornava em região cada vez mais pobre.

Nesse contexto de modernização da economia, o nordeste perde o controle dessa via "desenvolvimentista", haja visto, como já nos referimos anteriormente a crise de sua economia já se fazia presente. Dessa forma a política de integração dos grupos do nordeste com grupos do centro-sul, se dará através da troca de benefícios, que na maioria das vezes em nome da superação da crise, e com propósito de somar a fome, e os problemas da seca, terminavam por beneficiar particulares e reforçar o poderio econômico e social de grupos aqui no Nordeste.

As medidas que celavam este "pacto", advinham de recursos financeiros ligados a criação de órgãos para o tratamento das questões econômicas e sociais do nordeste, tais como a DNOCS e a SUDENE.

### 3 - UMA RETROSPECTIVA DA SECA:

A problemática da seca no Nordeste, já era tema de discussões e debates, desde o século passado. Por ocasião da grande seca de 1877/90, D. Pedro II, cria uma comissão provisória para fazer o reconhecimento da região e levantar dados da situação, as sugestões apresentadas por essa comissão, foi fazer o represamento de águas em açudes, perfuração de poços e a construção de estradas. Entretanto essa foi uma época de estudos e projetos, que serviria mais tarde aqueles que continuaria na direção do país.

Nos primeiros momentos da República, foram formadas novas comissões de caráter emergencial para dar continuidade aos estudos

dos problemas, faltando a criação de um projeto que permitisse a efetivação das atividades. Somente com o decreto Lei nº 7.619, foi criada uma divisão dentro do antigo Ministério da Aviação e Obras Públicas, cujo objetivo era combater permanentemente as questões da seca, assim criou-se o IOCS - Inspetoria de Obras contra as Secas onde logo desaparecia das atividades, uma vez que a sua sobrevivência era as sombras de influência dos partidos políticos regionais, sob orientação do governo Federal, e a falta de verbas estáveis.

Depois de uma década da criação da Inspetoria, foi transformada em IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas cujo o Presidente Epitácio Pessoa, concede ao órgão uma verba substancial destinada 2% da receita federal anual, para o nordeste, afim de realizar obras de açudagem e estradas.

Entretanto, em 1929, a crise econômica internacional, fez o então Presidente Arthur Bernardes, cortar partes dos gastos públicos, medidas que provocaram a paralização de muitas obras, quase em fase de conclusão, todas sob a orientação da Inspetoria.

Nos anos 30, o nordeste é assolado mais uma vez por uma forte crise, levando milhares de pessoas a sair da região, com isso o órgão é reativado, formando frentes de serviços, empregando a mão-de-obra em constantes retiradas. Nesse mesmo ano o órgão é reformulado, articulando novas diretrizes para combater a seca, estabelecendo normas de trabalho de açudagem e irrigação, elevando a capacidade dos açudes e armazenamento de água.

No decorrer do aceleramento das atividades, a Inspetoria foi construindo a infra-estrutura em todo o nordeste.

Em 1945, foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -DNOCS, em substituição a IFOCS, impulsionando a nova atividade irrigatória, o canal de São Gonçalo, que teve sua construção iniciada em 1933 e paralizada, foi concluída.

Diversas paralizações ocorriam, principalmente por ordem sócio-política, oposição a política de desapropriação de terras, ora pertencentes a políticos influentes, ou membros proprietários liga

dos a grupos importantes na política local. tais fatores criava ; dificuldades na penetração dos agentes do Governo , que também não tinha grandes interesses em promover o processo irrigatório.

Os projetos de Irrigação do Nordeste, só passaram a ser efetivados nos anos 50, quando o Governo Federal cria uma política de libertação para a estiagem , que abrangeria todo o desenvolvimento sócio-econômico da região. Dentro dessa prática são criados o BNB? Banco do Nordeste do Brasil, GTDN -Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, e posteriormente a SUDENE -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Mas o projeto só passa a ser consolidado em 1968, com a criação da GEIDA -Grupo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, órgão vinculado a Secretaria Geral do Ministério do Interior.

" O programa irrigatório do Nordeste só veio a tomar formas , apartir da década de 70, abrangendo toda a região, incluindo parte de Minas Gerais, somando um total de 51 perímetros de irrigação"(1),

#### 4 - SÃO GONÇALO

Em 1921, por determinação do Governo Federal, Epitácio Pessoa , sob inspeção do IFOCS, são desapropriadas áreas de terras pertencentes a família Rocha, em São Gonçalo, município de Sousa, Sertão da Paraíba. Posteriormente chega a este local, homens e máquinas para iniciar a construção da barragem do açude, retenção dos rios Piranhas e Piancó, contra o mar.

No ano de 1934, é criado o Posto de Pesquisa Agrícola de São Gonçalo, estruturada e implantada o laboratório, onde seria feitas análises de solo e a seleção de sementes, aproveitando a água do açude, denominou-se Instituto Jose Augusto Trindade, em homenagem ao Engenheiro do mesmo nome, primeiro chefe da comissão de serviços complementares do DNOCS.

A política de desapropriação de terras, cobriu uma grande área, transformando num campo pioneiro de pesquisa e experimentos para o melhoramentos de plantas frutíferas e forrageiras, e posteriormente foi considerado importante pelo regional.

O campo de pesquisa, contava com cerca de mais de 500 pessoas, entre agrônomos, químicos industriais e técnicos agrícola, auxiliares de campo.

Dentro desse projeto foi criado o acampamento Federal de São Gonçalo, que serviu de acampamento para os que estruturava o projeto, posteriormente para os funcionários que ficariam definitivamente a serviço do órgão.

Só apartir de 1973, com a restauração e ampliação da infraestrutura já existente, que a bacia de irrigação de São Gonçalo começa a ser loteada a colonos. Mesmo sendo um lento processo, na primeira etapa foram contemplados 11 pessoas, com áreas de 4ha, estruturada, sistematizadas e implantada diversas culturas, sob a orientação de profissionais do DNOCS, sendo logo após assentados 65 colonos que seria os pioneiros, nos trabalhos das áreas brutas, de forma bastante rudimentar.

Apartir daí foi se dando o assentamento de mais colonos, vindas de área secas e alguns antes rendeiros, que para ingressar na colonização passava por vários testes, "Dizia que nessa primeira fase da colonização de São Gonçalo, agente passou por provas de fogo, um segundo serviço militar, mas acho que foi bom, disciplinou muita gente", - esta foi a expressão de um colono, sobre as primeiras formas de assentamento do projeto de São Gonçalo.

Foi implantada ainda no perímetro, as agróvilas habitacionais, residências familiares dos irrigantes, denominadas de I, II e III. Inicialmente as agróvilas contava com rede de esgoto, escolas, posto médico, centro administrativo, local de apoio aos trabalhos dos técnicos agrícolas e assistentes sociais, que prestavam serviços as famílias recém-chegadas.

#### 4.1 - Aspectos Físicos

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo, está localizado no distrito do mesmo nome, próximo a cidade de Sousa, no Vale do Rio Piranhas, à margem da Br. 230 e dista da capital do Estado 440 km, sua área total é 4.100 ha, dos quais 1.623 ha é de sequeiro.

A altitude média do projeto é de 233 m, acima do nível do mar.

Limita-se ao norte e a leste com a cidade de Sousa, ao sul, com a cidade de Nazarezinho e a oeste, com o distrito de Marizópolis.

O suprimento hídrico é garantido pelos açudes, Engenheiro Avido, com capacidade de 255 milhões de metros cúbicos de volume com uma descarga máxima de 2.400 l /s e alimenta diretamente o açude de São Gonçalo, com capacidade de 44,6 m.m.<sup>3</sup>, que fornece água para o perímetro e a cidade de Sousa, através de canais.

O clima da região é do tipo Bsh da classificação de Koppen, onde a precipitação média anual, está em torno de 894 mm. O período chuvoso, concide com os meses de janeiro e maio, sendo portanto um clima seco, semi-árido.

## 5 - ENTREVISTAS

A partir da perspectiva de trabalho com a história oral, nos ocupamos em entrevistar alguns irrigantes, buscando entender e apresentar a visão popular em relação da criação do projeto de Irrigação de São Gonçalo.

Trabalhando com as entrevistas, que nos serviu de amostragem buscamos registrar visões sobre o perímetro, apresentados através de relatos da memória dos irrigantes. Na perspectiva de entendimento destas histórias, selecionamos parte dos relatos, tendo em vista, o enquadramento destes, a opiniões que pudessem nos dizer da concepção e das versões apresentadas. Tais entendimentos, serão apresentados na

seqüência que se segue e na seleção temática, por nós organizada :

- sobre a fundação do Projeto de Irrigação:

" no início, aqui era um campo de uva e laranja, trabalhei como assalariado, depois da desapropriação passou para a colonização. Já existia os canais, faltava derrubar a mata e trabalhar muito para começar a produzir"(4) "

- sobre o significado do Perímetro:

" eu acho que pra nós, foi a melhor coisa que aconteceu. Ser colono, receber lote, casa, tudo de graça, foi um presente, também que o governo poderia fazer isso em outros lugares, pra mais agente"(4) "

- sobre a atuação do Estado, via órgão de execução do projeto :

" o DNOCS, era rígido, prestava seus serviços, mas cobrava na mesma moeda, fez muito, se deixou de fazer alguma coisa, acho que faltou dinheiro"(5) "

- sobre os limites e os alcances do projeto :

" no início estava previsto, para assentar 250 colonos, depois desmancharam as pecuárias, feitas por agente, venderam quase todo o gado e colocaram mais colono nessas terras"(6) "

- sobre a estruturação dos campos :

" eu recebi o lote com terra bruta, a vista só alcançava mato e capim, trabalhei muito pra chegar o que é hoje "(5) "

" meu lote era todo sistematizado, com lha de banana plantada, em perfeitas condições de se trabalhar" (6) "

Precisamos ressaltar que, não trabalhamos com as entrevistas na íntegra, mas parte delas, sem alterações no conteúdo das mesmas.

## 6 - CONCLUSÃO

A história do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, conduziu-nos a necessidade de entedê-lo, apartir do recuo a história da Economia Nordestina, desde os tempos coloniais. Nesse recuo histórico a ocupação do Nordeste e das áreas do Sertão Paraibano se estruturou segundo distames da política de dominação e exploração Portuguesa. assim a margem do processo de produção e apropriação da riqueza, parte da população sertaneja passa a conviver com problema sociais, de natureza diversa, falta de trabalho, fome, secas etc., que se agrava cada vez mais, a medida que atende tal região, perde o poder econômico e político, para a região centro-sul. Mediante esta crise econômico-social, o nordeste fica exposto à política de integração com a nova economia centro-sul, através de benefícios prestados pela assistência governamental, aos problemas sociais da região. Tal integração se apresenta via órgão, oriundos para o controle da seca e do desenvolvimento da região, a exemplo da SUDENE, DNOCS etc.. Aqui nesse contexto, surge o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, cuja "problemática", nos dispomos de relatar.

O estudo por nós abordado, tende a se apresentar como uma primeira preocupação, de entender os limites e as possibilidades de tais projetos. Dessa forma contamos também com visões que podem ser historicamente classificadas e avaliadas como visões populares, que se contrapõem muitas vezes, à aquelas que queremos perceber, e que estão presente na historiografia.

No estudo desta, percebemos a vasta dimensão dos fatos, sobre a história do Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Entretanto foram vários os obstáculos para chegarmos a conclusão desta, as fontes de pesquisas necessárias e adequadas, são quase inexistente, as encontradas são abordagens limitadas, tratadas dentro de um contexto oficial. E principalmente a falta de um maior período, afim de percorrermos os caminhos, que nos levasse a outras fontes de pesquisa.

Assim nossa tentativa de aprofundar nos fatos, limitou-se no aprimoramento da história oral.

Ao avaliarmos o papel do DNOCS, dentro do processo irrigatório, constatamos que o referido órgão, criado com o propósito de amenizar, combater a seca, a fome, e a miséria, na realidade não correspondia às expectativas do projeto irrigado. Estruturado, com suas inúmeras normas e diretrizes, não criou todos os meios necessários para atender a política irrigatória, haja visto os limites criados pela ação governamental, o gerenciamento e o controle de tais práticas, por grupos e pessoas ligadas a interesses diversos.

Já na coleta dos depoimentos, através da história oral, verificamos, que os conceitos e a visão da maioria dos irrigantes, em relação ao órgão são limitados, em relação às falhas ou pontos negativos, se estendendo a dar excelentes referências, tratando-o com sentimentos de paternalismo e protecionismo.

Desejamos afirmar que, futuras pretensões acadêmicas ou não nos possibilitará a continuidade deste trabalho, haja visto, que diante dos fatos pesquisados foram insuficientes para elaborar um estudo sistemático e completo sobre o referido tema, que nos satisfizesse diante dos nossos objetivos e desejos.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AVELLAR, M<sup>a</sup> Angelica Braga de. O DNOCS e a Irrigação do Nordeste, Rio de Janeiro, IBGE, 1976. pág. 08 e 35.
2. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 12<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1974. pág.
3. OLIVEIRA, Francisco de . Elegia para uma Re(li)gião, 2<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pág.
4. Depoimentos de um irrigante do Perímetro Irrigado de São Gonçalo.
5. Depoimento do primeiro Irrigante do Perímetro Irrigado de São Gonçalo.
6. Depoimento de um irrigante do Perímetro Irrigado de São Gonçalo.

8 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
2. LANNI, Otavio. A Formação do Estado Populista na América Latina, 2ª ed., Ática. São Paulo, 1988.
3. LEÃO, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto, vol. 2, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
4. ANDRADE, Manuel Correia de. O Nordeste e a Questão Regional, São Paulo, Ática, 1988.
5. AVELLAR, Mª Angelica Braga de. O DNOCS e a Irrigação do Nordeste (Monografia), Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
6. ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste, 4ª ed., São Paulo, Ed. C. Humanas, 1980.
7. SKIDMORE, Thomas. De Getulio a Castelo, 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
8. BELLO, Jose Maria. História da República, 8ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1983.
9. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 12ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974.
10. REIS, Maurício Rangel. Conferência: Ação do Ministério do Interior e o desenvolvimento econômico e social, Rio de Janeiro, IBGE, 1975.